

PARECER JURÍDICO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 020/2019-CPL

PROCESSO LICITATÓRIO, PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2019.

ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. PREGÃO PRESENCIAL. Análise jurídica sobre a regularidade da Minuta do Edital e seus Anexos, referente ao procedimento licitatório, a ser realizado na modalidade Pregão nº 018/2019, para a aquisição de gêneros alimentícios para a Secretaria Municipal de Administração.

Ilma. Sra. Pregoeira,

A Comissão Permanente de Licitação, em atendimento ao que dispõe a Lei nº 8.666/93, no seu artigo 38, inciso VI e parágrafo único, submete à apreciação da Procuradoria Geral do Município o exame da Minuta do Edital de Licitação e seus Anexos, dentre eles a Minuta do Contrato Administrativo (anexo VIII), referente ao procedimento licitatório, Pregão Presencial, autuado sob o nº 018/2019, para a aquisição de gêneros alimentícios destinados à Secretaria Municipal de Administração.

Dos autos do processo, constam todos os documentos exigidos pela Lei nº 8.666/93, como também, os da Lei nº 10.520/02 e pelo Decreto Federal nº 3.555/2000, suficientes para desencadear regularmente o procedimento, tais como: requisição formulada pelo órgão interessado, com a especificação do objeto e seus quantitativos; termo de referência; informação do setor financeiro atestando existência de dotação orçamentária para a realização da despesa; autorização para abertura de processo administrativo, aprovação de termo de referência e declaração de adequação orçamentária; edital de licitação com os respectivos anexos, dentre eles, a minuta do contrato administrativo (anexo VIII).

Assim vieram os presentes autos para emissão de parecer.

É o relatório. Passo a opinar.

Ab initio verifica-se a observância do princípio do devido processo legal administrativo no presente procedimento licitatório, com o cumprimento das etapas necessárias para a regular tramitação do feito.

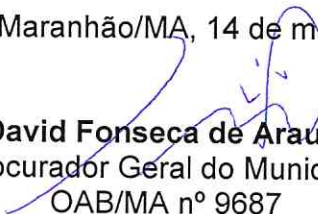
A minuta do edital de licitação *sub examen* cumpre as exigências formais e materiais previstas em lei, especialmente no que dispõe os artigos 40 e 43 da Lei nº 8.666/93, garantindo oportunidade de concorrência e observando todos os princípios preconizados no diploma legal *retro* mencionado.

No tocante a minuta do contrato administrativo, verifica-se que nela estão presentes todos os elementos legais necessários, elencados no artigo 55, da Lei nº 8.666/93.

Assim, a Procuradoria Geral do Município manifesta-se pela APROVAÇÃO da minuta do edital de licitação e seus anexos, dentre eles a Minuta do Contrato Administrativo (anexo VIII), vez que preenchidos os requisitos legais correlatos, estando aptos para sua convolação em versão definitiva, com a consequente assinatura e divulgação, mediante publicação de extrato resumido, na forma do artigo 4º, I, da Lei nº 10.520/2002.

É o parecer.

Santana do Maranhão/MA, 14 de março de 2019.


David Fonseca de Araujo
Procurador Geral do Município
OAB/MA nº 9687